



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MURÇA**

**27 DE ABRIL DE 2015**

<b>PRESIDENTE</b>	<b>João Luís Teixeira Fernandes</b>
<b>1.º SECRETÁRIO</b>	<b>Eduardo Jorge Milhões Fernandes Pinheiro</b>
<b>2ª SECRETÁRIA</b>	<b>Maria Edite da Costa Fernandes de Sousa</b>
<b>LOCAL DA REUNIÃO</b>	<b>Paços do Concelho - Auditório</b>
<b>MEMBROS PRESENTES</b>	<b>22 (última folha da ata)</b>
<b>MEMBROS AUSENTES</b>	<b>00(última folha da ata)</b>
<b>HORA DE ABERTURA</b>	<b>14:40 Horas</b>
<b>HORA DE ENCERRAMENTO</b>	<b>19:35 Horas</b>
<b>PRESENCAS CÂMARA MUNICIPAL</b>	
<b>VICE-PRESIDENTE</b>	<b>Raul António Ribeiro Luís</b>
<b>VEREADORA</b>	<b>Ana Paula Rodrigues da Cruz</b>
<b>VEREADOR</b>	<b>Albertino José Castro Lousa</b>
<b>FALTAS DA CÂMARA MUNICIPAL</b>	
<b>VEREADOR</b>	<b>Pedro Manuel Alves Barroso Magalhães</b>



- O Presidente da Assembleia Municipal, João Teixeira, cumprimentou os presentes e deu início aos trabalhos da sessão ordinária do dia 27 de abril de 2015.

## Período Antes da Ordem do Dia

### “Apreciação da Ata da Sessão do dia 26/02/2015”

- O Presidente da Assembleia Municipal, João Teixeira, aludiu à dificuldade de ter a presente ata pronta em tempo útil, atenta a alteração ao nível do secretariado da Assembleia Municipal, que, a partir daquela sessão seria assegurado pela funcionária Rosa Teixeira, aproveitando ainda para elogiar o bom desempenho do 1.º Secretário da Assembleia Municipal, que saudou, nomeadamente ao nível da elaboração das atas. Informou que participou no Congresso da Assembleia Nacional de Municípios Portugueses, acompanhado pelo Sr. Vice-Presidente e pelo Sr. Presidente da Junta Freguesia de Fiolhoso, em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Valongo de Milhais. Referiu que foi dos congressos mais participativos, produtivos e dinâmicos de que tem memória.

*Chegou à sessão o deputado do CDS-PP, Luís Perdigão.*

- O Deputado do PSD, Manuel Pinto, cumprimentou os presentes e solicitou uma alteração na sua intervenção da página 4, apresentando documento de suporte. Mais referiu que se absteve na votação da ata anterior por achar que estas têm perdido imparcialidade.

- O Deputado do PS, Arménio Ribeiro, cumprimentou os presentes e solicitou uma alteração nas suas intervenções das páginas 4, 6 e 22.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Murça, António Marques, cumprimentou os presentes, saudou a funcionária Rosa Teixeira e solicitou alterações nas páginas 5 e 21.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Valongo de Milhais, Arlindo Paulo, cumprimentou os presentes e aludiu a alguma discrepância nos números de página nos documentos.

**Votação:**

<i>Votantes</i>	21
<i>Abstenção</i>	03
<i>Contra</i>	00
<i>A Favor</i>	18

**Deliberação: Aprovada por maioria**

**Abstiveram-se:** Os Srs. Deputados Rui Pereira, do PSD, José Eduardo Borges, do PS e o Presidente da Junta da União de Freguesias de Noura/Palheiros.

**Votaram a favor:** restantes elementos da Assembleia Municipal

**Votaram contra:** *não houve votos contra*

**Declaração de Voto:** *“por não terem estado presentes na sessão em apreço”*

**Leitura do Expediente**

(Alínea b) do n.º 2 do artº 21º do Regimento)

António Luís Marques:

- Informação para inclusão na pág. 6 da ata do dia 18/12/2014;

Presidente da Junta de Freguesia de Candedo:

- Solicita declaração de presença, relativa à sessão do dia 26/02/2015;

Câmara Municipal de Murça:

- Convocatória para a reunião do Conselho Municipal de Educação;

Embaixada de Portugal em Paris:

Convite para participar na Cerimónia do Aniversário da Batalha de La Lys;

Tribunal de Contas:

- Remete exemplar do Despacho Judicial nº 3/2015-EC - 9ª Alteração à Lei de Organização e processo do Tribunal de Contas - Lei nº 98/97, de 26 de agosto, republicada pela Lei nº 20/2015, de 9 de março;

Câmara Municipal de Murça:

- Propostas para inclusão na Ordem do Dia da Sessão de 27/04/2015;

Assembleia de Freguesia de Fiolhoso:

Remeteu uma comunicação;

Câmara Municipal de Murça:

Convite para participar nas Comemorações do 25 Abril

**- O Presidente da Assembleia Municipal, João Teixeira,** informou os presentes do teor de uma comunicação do Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia de Fiolhoso a si dirigida, que passou a ler, e à qual informou que daria adequada resposta, lembrando a quem tenha transmitido a mensagem que o faça de forma correta, pois se o signatário da missiva afirma ter tido conhecimento, ao menos que lhe seja transmitido o que efetivamente foi dito, pois o que foi ali discutido foi exatamente o contrário, concretamente fazer um apelo para que todas as forças políticas do PS, do PSD e do CDS-PP fizessem um esforço para que no Fiolhoso tudo fosse ao encontro de criar condições para que a Junta de Freguesia pudesse funcionar e receber da Câmara Municipal o dinheiro do Protocolo.

**- O Deputado do PSD, Manuel Pinto,** alertou que na intervenção do Presidente da Assembleia Municipal foi sugerido que terá sido algum deputado da Assembleia Municipal que terá transmitido informação ao Presidente da Assembleia de Freguesia de Fiolhoso, lembrando que existe público e que a fonte poderá ter sido essa, afastando qualquer responsabilidade por parte de qualquer um dos deputados do seu grupo parlamentar.

**- O Presidente da Junta de Freguesia de Murça, António Marques,** referiu que na sua opinião aquele assunto não deveria ter sido trazido a este órgão, pois não estariam presentes as pessoas que poderiam responder por ele, não sendo, por isso, na sua opinião correto fazê-lo. Mais disse, que o assunto deveria ser discutido a outro nível e pelos intervenientes corretos, não os presentes.

**- O Deputado do PS, Arménio Ribeiro,** disse que se sentia visado naquela missiva e que, na sua opinião, aquele assunto poderia e deveria ser discutido naquela sede, pois é um órgão municipal onde têm assento os Presidente de Junta de Freguesia e os representantes partidários, da mesma forma que o são outras questões certamente importantes para as freguesias, como as obras, caminhos, etc. Disse que ele próprio participou numa Assembleia de Freguesia e que foi impedido de falar enquanto público e que já noutras sessões tinha aludido para aquele problema, sendo que todos deveriam fazer um esforço para ultrapassar a situação. Sublinhou que os protocolos coma as Juntas de Freguesia foram aprovados por unanimidade na Assembleia Municipal e que sucessivamente foram aprovados em todas as Assembleias de Freguesia à exceção de Fiolhoso e que, por isso, entende que é dever de todos ajudar e apelar politicamente às forças partidárias para que se desbloqueie esta situação. Concluiu dizendo que o sentido da votação dos membros da Assembleia de Freguesia de Fiolhoso é legítimo, mas que, na sua opinião, poderiam encontrar outras formas como a abstenção, para viabilizar o protocolo naquela freguesia.

- O Presidente da Assembleia Municipal, João Teixeira, informou os presentes do teor de uma missiva do Tribunal de Contas, relativa ao Despacho Judicial n.º 3/2015- EC, que se anexa, relativamente à obrigatoriedade de apresentação por via eletrónica das contas dos municípios, empresas municipais e grupos locais.

\_\_\_\_\_ // \_\_\_\_\_

## **“Outros Assuntos de Interesse para o Município”**

- O Deputado do CDS, Luís David Perdigão Ferreira, cumprimentou os presentes e referiu que na sessão anterior afirmou que o endividamento contraído outrora colocava agora em causa a satisfação de necessidades básicas da população, questionando o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Murça se considera, ou não, a segurança rodoviária uma necessidade básica da população.

- O Deputado do PSD, Manuel Lousa Teixeira, cumprimentou os presentes e aludiu ao caso das florestas e congratulou-se com um aviso da Junta de Freguesia de Candedo sobre a limpeza dos caminhos florestais a partir do próximo dia 4, que saudou, alertando para igual necessidade nos caminhos rurais da sua freguesia, concretizando com o exemplo do caminho da serra além da ribeira e Monfebres, que estando cheio de vegetação e sem nenhum local para inverter a marcha cria em caso de incêndio um risco muito grande. Apelou para uma nova intervenção de limpeza nas fossas da freguesia de Candedo até ao verão, pois apesar da intervenção do camião naquela semana, estas iriam encher até lá e provocar maus cheiros e consequentes transtornos à população.

- O Deputado do PS, Arménio Ribeiro, felicitou a eleição do Sr. José Pinheiro, Presidente da Direção da AHBVM, para a Direção da Federação Distrital dos Bombeiros de Vila Real, desejando as maiores felicidades no exercício do cargo.

- O Deputado do PSD, Rui Pereira, cumprimentou os presentes e aludiu às comemorações dos 41 anos do 25 de abril de 74, sublinhando a liberdade como um valor que não deve ser dado como adquirido e que todos deveriam lutar por ela. Aludiu à Assembleia Jovem que se realizou no passado dia 24 e lamentou que o Conselho Municipal de Juventude do qual faz parte não tenha sido tido nem achado, pois gostaria de ter dado o seu contributo e ter participado no evento.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Jou, Carlos Silva, cumprimentou os presentes e lamentou que o Conselho Municipal de Juventude não tenha sido convidado para estar

8

presente na Assembleia Jovem. Mais disse ter sido questionado na última Assembleia de Freguesia de Jou sobre a travessia da ER314 em Vale d'Égua, apelando para uma urgente intervenção naquele local, com a colocação de passadeiras e/ou outros elementos redutores de velocidade.

**- O Presidente da Junta de Freguesia de Murça, António Marques,** questionou sobre a contratação dos sapadores florestais, aludindo para várias intervenções importantes que têm sido feitas nas florestas, com abertura de aceiros e caminhos, elogiando ainda o bom desempenho daquele grupo num recente incêndio na zona de S. Domingos. Referiu que deveria haver várias instituições disponíveis para garantir que aquele grupo estivesse ativo durante todo o ano, nomeadamente as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal, e que o mesmo pudesse entrar em funcionamento o mais rápido possível e ininterruptamente. Aproveitou, ainda, para solicitar que a bancada pudesse subscrever o voto de congratulação para com o Sr. José Alexandre Pinheiro, relativamente à sua eleição para a Direção da Federação Distrital dos Bombeiros de Vila Real.

**- O Deputado do PS, Arménio Ribeiro,** disse que tinha sido diagnosticado nesta Assembleia Municipal ao longo dos anos a importância das celebrações do 25 de abril e de o fazer condignamente. Neste sentido, aludiu ao programa das mesmas neste ano, elencando as várias iniciativas, como a exposição "Cravos de abril", dirigida aos alunos do pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclo; a "Assembleia Jovem", dirigida aos alunos do Ensino Secundário e Profissional do concelho. Relativamente a esta última iniciativa, lembrou que essa iniciativa foi efetivamente discutida e decidida na Reunião do Conselho Municipal de Juventude de janeiro, na qual esteve, de resto, presente a deputada do PSD Catarina Gouveia. Mais disse que para a sessão da "Assembleia Jovem" foram convidados todos os deputados municipais e membros da Câmara Municipal, assim como toda a população através das redes sociais e outros meios de divulgação pública. Disse que da Câmara Municipal de Murça esteve presente através do executivo e do Sr. Vereador Albertino Lousa. Informou que os jovens questionaram o Presidente da Câmara Municipal de Murça sobre o que entenderam e que foi uma ação importante e enriquecedora. Lamentou que apenas se tenha apontado um aspeto negativo em vez de todos os positivos e que de facto, negativa foi a não comparência de muitas pessoas que haviam sido convidadas. Mais disse que, para além destas, houve a iniciativa "Conversas que abril abriu", com dois capitães de abril e um estudante universitário de então e que, lamentavelmente, muitos responsáveis locais não compareceram. Aludiu ainda ao hastear de bandeiras e a um concerto no auditório em que apenas estiveram 48 pessoas a participar e ouvir. Apelou para uma maior participação no próximo ano e que todos contribuam positivamente para o efeito.

J

- **O Presidente da Câmara Municipal, José Maria Costa**, cumprimentou os presentes e partilhou do sentimento de vazio do deputado Arménio Ribeiro, pois as comemorações do 25 de abril foram preparadas com grande antecedência, mereceram grande divulgação e que foram muito bem organizadas pelo deputado Arménio, felicitando-o publicamente por tal facto. Referiu que os trabalhos da exposição são muito expressivos e sugestivos e que os nossos jovens têm uma ideia muito clara do que foi o 25 de abril. Disse que foi no âmbito do Conselho Municipal da Juventude que esta ideia surgiu e que de imediato se procurou materializá-la. Em resposta ao deputado Luís Perdigão disse que a segurança rodoviária é, de facto, uma prioridade e que está a tentar com os serviços técnicos e financeiros do município enquadrar trabalhos de beneficiação da rede viária municipal, dentro das possibilidades do município. Disse ainda que as necessidades básicas da população estão a ser garantidas, convidando-o a analisar os encargos financeiros mensais da autarquia que demonstram cabalmente que a maior fatia da despesa vai para satisfazer essas necessidades.

Relativamente às questões do deputado Manuel Lousa Teixeira sobre as florestas, disse que nunca se fez tanto trabalho na floresta como agora, nomeadamente através de parcerias com o ICNF e equipa de Sapadores Florestais, quer abrindo caminhos e fazendo limpezas, quer na primeira intervenção em caso de incêndio. Disse que a contratação dos Sapadores Florestais depende em primeira linha da resposta a um pedido de apoio a essa contratação e que tudo está a ser feito para que essas candidaturas sejam feitas e aprovadas. Disse que está a ser feita grande pressão junto do ICNF para que se ultrapasse esta questão e que aquele organismo não está a dar respostas, pelo menos compreensíveis.

Felicitou e congratulou-se com a eleição do Sr. José Pinheiro, Presidente da Direção da AHBVM, para Presidente da Federação Distrital de Bombeiros de Vila Real, disse que já o fez pessoalmente e que em breve o faria institucionalmente.

Sobre a travessia da ER314 em Vale d'Égua, disse que, não obstante a abundante sinalização vertical existente, está a ser estudada a colocação de duas passadeiras sobrelevadas para proteger a travessia de peões.

- **O Presidente da Assembleia Municipal, João Teixeira**, informou que iria proceder à entrega a todos os deputados de documento comprovativo da condecoração enquanto Comendador da Ordem de Mérito, pelo Sr. Presidente da República.

\_\_\_\_\_ // \_\_\_\_\_

## Período da Ordem do Dia

8

**1 - Informação do Presidente da Câmara Municipal;**

*(Alínea c) do nº2 do art.º25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)*

**2 - Listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo do ponto 3, da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal de Murça de 19 de dezembro de 2013;**

*(Lei nº8/2012 de 22 de fevereiro)*

**3 - Aprovação do Relatório e Contas de 2014;**

*(Alínea l) do nº2 do art.º 25 da Lei nº75/2013 de 12 de setembro)*

**4 - Aprovação da 1.ª revisão ao Orçamento de Receita, 1.ª revisão ao Orçamento de Despesa e 1.ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos;**

*(Alínea a) do nº1, do art.º25º da Lei nº75/2013 de 12 de setembro)*

**5 - Transferência financeira para a Junta de Freguesia de Jou - Apoio à instalação e funcionamento do Centro de Apoio ao Idoso**

*(Alínea j) do nº1, do art.º25º da Lei nº75/2013 de 12 de setembro)*

**6 - Aprovação da proposta final do PDM de Murça.**

*(Alínea r) do nº1, do art.º25º da Lei nº75/2013 de 12 de setembro)*

—//—

**1 - Informação do Presidente da Câmara Municipal;**

*(Alínea c) do nº2 do art.º25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)*

**- O Deputado do PS, Arménio Ribeiro,** aludiu ao facto da informação do Sr. Presidente ser mais extensa, facto que felicitou. Deixou uma nota de preocupação quanto ao ponto 10, relativamente à técnica da Segurança Social estar agora apenas 3 dias em Murça, situação que se traduz numa redução de 40% no serviço prestado, associada ainda ao facto do técnico da CPCJ deixar de estar em permanência e passar a estar em itinerância, lamentando profundamente mais esta redução de serviços. Louvou a intervenção que irá ser feita na extensão de saúde de Jou, felicitando a Câmara Municipal Murça e o ACES Douro e fazendo votos para que isso signifique que aquele serviço não seja extinto.

Sobre a recente nomeação do novo Comando Distrital da G.N.R., questionou se haverá algum desenvolvimento na questão do novo Posto da G.N.R. de Murça. Solicitou ainda informação sobre o ponto de situação das candidaturas em *overbooking*, nomeadamente por lhe parecer haver alguma parcialidade na aprovação das candidaturas. Sobre a zona industrial salientou a importância daquele projeto estrutural para o concelho, a obra de ampliação e felicitou a recente aquisição de dois lotes de terreno. Felicitou os responsáveis e entidades envolvidas na abertura de Centro de Apoio ao Idosos em Jou e enalteceu a participação na Feira de Nanterre, esperando que traga bons resultados do ponto de vista da economia regional, nomeadamente através da comercialização dos produtos expostos.

**- O Deputado do PSD, Rui Pereira,** referiu que não criticaria a extensão da informação escrita, reconhecendo melhorias ao nível da mesma. Louvou a implementação do orçamento participativo no município, sublinhando positivamente a abertura do executivo a essas iniciativas. Sobre o 25 de abril sugeriu que futuramente fossem convidadas as juventudes partidárias e que dessa forma talvez houvesse maior afluência de público. Sobre as candidaturas ao PEPAL, questionou quais as tarefas e objetivos definidos relativamente a esses estágios, que resultados se esperam e o que acontecerá futuramente a essas pessoas. Sobre a ADVT disse que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Murça deve pugnar para que aquele organismo produza mais e em benefício do concelho, que deverá “bater mais o pé” naquele organismo e daí obter algo de mais produtivo para o município. Sobre a Zona Industrial de Palheiros, ponto fundamental para o município, disse que já se perderam 1,5M€ em investimento e questionou para o que são e para quem são os lotes atribuídos naquele local. Disse que o investimento não pode ser perdido, esbarrado numa parede, por questões que não se puderam ultrapassar. Disse que apoiaria dentro do possível iniciativas de investimento para aquele local, mas que todos deveríamos estar preparados para contribuir positivamente. Sobre a informação financeira disse que se se juntarem as dívidas de curto prazo a bancos e fornecedores, o município terá que pagar €1.225.000,00, tendo apenas disponível €169.000,00. Disse que, de facto, é muito difícil ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Murça resolver as questões, pois não tem verbas para tal, elogiando a sua capacidade de encaixe. Disse que todos deveriam pensar seriamente naquilo que está efetivamente em questão e abordá-lo de forma pragmática.

**- O Presidente da Assembleia Municipal, João Teixeira,** solicitou esclarecimentos ao Sr. Deputado Rui Pereira sobre o alegado 1,5M€ de investimentos que se perderam, se eram de investimento governamental ou privado.

**- O Deputado do PSD, Rui Pereira,** esclareceu que ele e outro jovem de Murça tinham captado um investimento de uma empresa de gestão de resíduos e que os *timings* tinham sido ultrapassados e que o investimento se perdeu. Mais disse, que quando surgem estas oportunidades não se devem perder, seja a que custo for.

**- O Deputado do PSD, Manuel Pinto,** esclareceu que concorda com a decepção do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Murça e do deputado Arménio relativa à débil adesão dos deputados às comemorações do 25 de abril. Questionou, contudo, se não teria sido melhor tentar envolver todas as forças políticas partidárias na organização das comemorações, vinculando-as ao evento, em vez de fazê-lo através dos funcionários do município. Disse que entende que a informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Murça é muito resumida e que gostaria de obter mais desenvolvimentos sobre a mesma. Disse ser adepto da área social e congratulou-se com várias iniciativas nessa área. Elogiou a participação na feira de Nanterre

8

e disse esperar que seja o ponto de partida para outras iniciativas semelhantes. Sobre a funcionária da Segurança Social disse que a mesma é de Murça, mas que em Alijó há falta de pessoal. Relativamente à informação financeira sublinhou o aumento da dívida a fornecedores e a diminuição acentuada nas disponibilidades, apesar de uma diminuição registada nas dívidas de médio longo prazo, em grande parte motivada pela transferência dos juros e encargos para outra rubrica. Manifestou grande preocupação com as dívidas e os efeitos sobre o desenvolvimento do concelho.

**- O Presidente da Junta de Freguesia de Valongo de Milhais, Arlindo Paulo,** lamentou que tenha sido dito que as pessoas estariam mais motivadas para ir aos eventos se fossem organizados por partidos políticos. Disse não concordar em absoluto e que isso revela fanatismo político. Disse que o 25 de abril diz muito a toda a gente, a uns mais, outros menos, mas que todos deveriam participar nas comemorações independentemente de quem as organiza. Disse que sempre participou, exceto este ano em que esteve impossibilitado por motivos de saúde. Fez alusão à sua intervenção do ano anterior em que referiu que o 25 abril não poderia ser um mero hastear de bandeira e congratulou-se com o bom programa deste ano. Lamentou que naquela informação escrita não estejam mais atividades em Valongo de Milhais, apelando para um maior investimento na sua freguesia, sublinhando o caráter de urgência de algumas intervenções na sua freguesia. Sobre o ponto 6, elogiou a inauguração do CAI - Centro de Apoio ao Idoso de Jou e elogiou a luta do seu colega Presidente da Junta de Freguesia e do Presidente da Câmara Municipal de Murça, para a sua concretização. Sobre as piscinas municipais, sublinhou o facto de estarem em funcionamento.

**- O Deputado do PSD, Manuel Pinto,** esclareceu o Presidente da Junta de Freguesia de Valongo de Milhais sobre a sua intervenção anterior, sublinhando que não disse que só os políticos deveriam participar, mas apenas que deveriam ser envolvidas as várias forças partidárias e civis, militares e religiosas, para que todos estivessem envolvidos na organização.

**- O Presidente da Junta de Freguesia de Jou, Carlos Silva,** sobre o ponto 10, serviço local da Segurança Social disse ser algo de muito preocupante para o concelho e que mesmo nos contactos que tem mantido com o IIEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional- e a Segurança Social tem verificado mesmo ao nível dos técnicos que há algum desconforto, com a alteração das instalações dos primeiros. Disse que seria mais uma manobra para tirar serviços ao nosso concelho, em benefício de outros vizinhos, no que reputa como um atentado ao município de Murça a atual política de retirada de serviços públicos. Sobre a extensão de saúde de Jou, sublinhou positivamente as obras e a grande pressão e insistência do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Murça e de todos os Presidentes de Junta de Freguesia, efetuadas no sentido de manter os serviços em funcionamento. Sublinhou o empenho do Diretor do ACES, Dr. Armando Moreira, em manter aqueles serviços. Sobre o CAI de Jou esclareceu alguns eventuais equívocos, dizendo que as entidades responsáveis por aquele

J

serviço são a Junta Freguesia de Jou e EDP Solidária, pelo menos durante 1 ano, sendo que todas as medidas e meios de divulgação têm que ter apenas aquelas entidades identificadas, sob pena de ser necessário devolver verbas. Referiu que a Câmara Municipal de Murça deliberou em 2013 apoiar o projeto com €12.500,00, verba que transferiu em 2014. O restante financiamento, equipamentos, materiais, etc., têm vindo da Junta de Freguesia de Jou e alguns materiais da Câmara Municipal de Murça. Disse que, quer a Junta de Freguesia, quer o projeto, têm saúde financeira, procurando igualmente projetar o futuro e preparar a sua continuidade, para além do seu mandato. Agradeceu ao seu executivo de Junta de Freguesia, à Câmara Municipal de Murça e a outras entidades que colaboraram e que irão colaborar com o projeto. Mais disse, que sempre que lançou uma obra o fez com os pés bem assentes na terra e que ela terá futuro, por isso mesmo. Sobre a informação financeira notou o aumento das dívidas a fornecedores, mas lembrou os condicionalismos a que a Câmara Municipal de Murça está sujeita, sublinhando que está longe de qualquer situação de rutura, não obstante os constrangimentos que se lhe afiguram. Apelou para que, naquele contexto, sejam apenas efetuados os investimentos certos, os que maior retorno tragam. Sobre a deliberação que será tomada de seguida, disse que se essa verba fizer falta a outra freguesia ou a outro investimento mais lucrativo, que esta Assembleia Municipal o reprove, pois como o receberá em duodécimos, poderá viver sem ele, pois já assim tem feito há já muito tempo.

*Chegou à sessão o deputado do PSD, Renato Benídio*

**- O Presidente da Junta de Freguesia de Murça, António Marques,** disse esperar que seja possível concretizar mais algumas ideias e projetos e sobre o ponto 3, participação na feira de Nanterre. Atenta a dificuldade de promover os produtos locais, disse que seria útil a criação de uma marca *umbrella*, destinada a promover esses produtos e repartir os encargos pela Câmara Municipal de Murça, Juntas de Freguesias, Cooperativas e outras empresas que se queiram associar, desafiando o Presidente da Câmara Municipal de Murça a elaborar uma ideia de negócio a desenvolver com os outros parceiros locais, para esse efeito. Sobre o ponto 4, lembrou a eleição de vários representantes para os órgãos locais e regionais, manifestando que gostaria de obter mais informação sobre essa participação, nomeadamente através de reuniões de trabalho a agendar, para o efeito.

**- O Presidente da Assembleia Municipal, João Teixeira,** esclareceu que relativamente à participação no congresso da AMNP, a informação mais relevante está de facto *on-line* no site daquele organismo e que todas as Juntas de Freguesia têm acesso ao mesmo. Disse que não houve ainda acesso às conclusões desse congresso.

8

- O Presidente da Junta de Freguesia de Murça, António Marques, retorquiou e disse que o que gostaria de ouvir seria o feedback pessoal de quem lá esteve, quer nessa situação, quer em todas as outras representações e grupos.

- O Deputado do PS, Arménio Ribeiro, disse que concorda com a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Murça e que veria como positiva a disponibilização num ou dois parágrafos de uma súmula do que nessas sessões se passa. Mais comentou a intervenção do deputado Manuel Pinto, discordando da mesma, pois dela se depreende que como a atividade foi organizada pela Câmara Municipal de Murça e, mais concretamente, por um funcionário que é deputado de um partido, então não se deveria participar nela. Mais disse que acredita que os outros deputados do PSD se demarcam daquela posição e que se sentiu visado pela intervenção.

Mais disse, que é estratégia da Câmara Municipal de Murça envolver outras instituições nos sábados culturais, dando exemplos do sucedido nos meses anteriores, com organizações temáticas e abertas à comunidade. Elencou o exemplo da sua participação numa caminhada promovida pela Associação Amigos de Murça, assim como nas Jornadas Cinegéticas da AFLODOUNORTE, atividades participadas pelo Agrupamento de Escolas, caminhada da Liga Portuguesa Contra o Cancro, etc., e que nunca está a ver quem organiza para aderir ou não aos eventos. Disse que repudia completamente essa perspetiva de participar apenas nos eventos dependendo de quem os organiza, lamentando o preconceito do Sr. Deputado Manuel Pinto.

- O Deputado do PSD, Manuel Pinto, esclareceu o deputado Arménio que quase o acusou de ter uma visão tacanha, de que apenas se referiu ao 25 de abril e que aquele evento não é partidário, mas sim dos cidadãos. Disse que qualquer que seja o partido no executivo, deveria esta atividade ser aberta aos vários partidos, através da criação de uma comissão organizadora para o efeito, dando como exemplo a organização conjunta dos protestos contra o encerramento do Tribunal. Disse defender o sentimento da entreatajuda e da fraternidade e por esse motivo sugeriu que no futuro as comemorações assim fossem organizadas. Disse que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista é que tem uma mente tacanha ao pensar que “nós é que organizamos o 25 de abril”.

- O Presidente da Assembleia Municipal, João Teixeira, disse que tem participado nas comemorações do 25 de abril, em Murça, há já muitos anos e que se tem habituado a não ver nas mesmas uma boa parte dos deputados municipais, tal como este ano aconteceu com o Sr. deputado Manuel Pinto, entre outros. Mais disse que a “Assembleia Jovem” era aberta a toda a comunidade e também não viu participar nela uma boa parte dos deputados municipais, lembrando que se não receberam convite é favor dizerem, pois deveria haver mais participação nas diversas atividades desenvolvidas.

**- O Presidente da Junta de Freguesia de Valongo de Milhais, Arlindo Paulo**, refutou o referenciamento de “tacanho” que foi proferido pelo deputado Manuel Pinto. Lamentou a falta de respeito daquele para com este órgão e lembrou que foi o Sr. deputado Manuel Pinto que trouxe a política para este tema. Concluiu referindo que o 25 de abril somos todos nós.

**- O Presidente da Câmara Municipal, José Maria Costa**, em resposta às questões colocadas, disse:

- Sobre a Segurança Social e a CPCJ, agendou uma reunião com o Diretor da Segurança Social Distrital mal se apercebeu que iria haver alteração nos serviços locais de Alijó e que obteve então uma resposta direta do mesmo, no sentido de que não haveria alterações ao nível dos serviços em Murça, sendo que na semana seguinte, sem que tenha havido qualquer contacto da parte daquele dirigente, se soube que iria haver alteração na presença da técnica da Segurança Social, que passaria a estar apenas 3 dias em Murça e 2 em Alijó. Mais disse que, posteriormente, abordou pessoalmente o Diretor da Segurança Social nesse sentido e que ele retorquiu no sentido em que os serviços em Murça não encerraram. Referiu que a este propósito e em sede de Câmara Municipal irá haver uma tomada posição conjunta, repudiando essa alteração. Tornou pública a sua preocupação de se poder inverter a presença da técnica em Murça de 3 para 2 dias semanais, considerada a dimensão dos dois municípios. Ao nível da CPCJ, referiu que deixou de haver uma técnica em permanência em Murça, técnica essa que tinha já grande proximidade junto das populações. Esclareceu que passa a integrar a comissão restrita da referida comissão a Dra. Catarina e deixa de ter em permanência essa técnica, que acumula agora 3 municípios: Murça, Alijó e Sabrosa, tendo ainda a mesma processos judiciais no concelho de Vila Pouca de Aguiar, sendo que em situação de emergência a comissão não poderá contar, nesse momento, com essa técnica.

- Quanto à Extensão de Saúde de Jou, referiu que com muita insistência do Presidente da Câmara Municipal de Murça, Presidente de Junta de Freguesia de Jou e restantes membros do executivo se tem conseguido evitar o seu encerramento, pese embora a redução de serviços no verão. Referiu que, ao ser agendada essa intervenção, tem a legítima expectativa de que aquele serviço não venha a encerrar.

- Relativamente à abertura do C.A.I. de Jou, felicitou a Junta de Freguesia de Jou pela sua abertura e reafirmou o compromisso em apoiar aquela iniciativa dentro das possibilidades do município.

- Acerca da tomada de posse do novo Comandante Distrital da G.N.R. e processo do novo quartel da G.N.R. em Murça, referiu que se realizou uma reunião logo após a tomada de posse, tendo-lhe sido dada a garantia de que não serão reduzidos efetivos em Murça. Contudo, nessa mesma reunião teve conhecimento de que não é prioridade daquela estrutura distrital a intervenção na escola EB 1 n.º 2 de Murça para albergar o posto territorial de Murça, apesar da insistência dele próprio e do comandante do posto local.

- Quanto às candidaturas em *overbooking* - uma no POVT e outra na Regeneração Urbana - não houve desenvolvimentos adicionais, sendo que neste último caso não houve

8

ainda sequer qualquer *feedback* ou pedido de documentos, ao contrário do POVT. Mais disse, que o Presidente da CCDRN, em reunião havida na semana anterior, referiu que aquele organismo tinha autonomia e capacidade de gerir os processos e que seria imune a pressões exteriores, no sentido de agilizar esta ou aquela candidatura.

- Sobre as iniciativas e ações promovidas pelo município, apenas acrescentou e reafirmou a confiança e felicitações aos seus colaboradores, nomeadamente ao Eng.º Arménio. Referiu que o Presidente da Câmara não “entrega” este ou aquele dossiê, mas sim que o Presidente da Câmara tem colaboradores nos quais confia e delega tarefas e com os quais partilha aquilo que são funções e objetivos. Mais referiu que a democracia participativa por vezes não o pode ser tanto quanto o Sr. deputado Manuel Pinto gostaria.

- Informou os presentes que assumiu recentemente a presidência da Agência Regional do Vale do Tua, em regime de rotatividade, e que os dividendos a tirar deverão ser em benefício de todos os municípios do vale do Tua e não deste ou aquele município. Sublinhou os projetos em mão, nomeadamente a 3ª edição do projeto do empreendedorismo, contando agora com algumas alterações sugeridas pelo seu executivo; o Centro interpretativo do Vale do Tua, para albergar a memória deste território; a valorização do património com a beneficiação da capela da Misericórdia, num trabalho minucioso e delicado que visa minimizar as muitas alterações e atropelos efetuadas ao longo dos tempos no edifício, que degradaram os seus elementos de granito, citando o caso concreto de umas bombas de gasolina localizadas à sua frente durante os anos 50, que interferiram muito negativamente na estrutura do edifício; o Plano de mobilidade do Tua que une os 5 municípios e une todo o território, com a componente de barco desde o paredão da barragem até à Brunheda e daí até Mirandela por via-férrea, num projeto de cerca de €25.000.000,00; o Parque do Vale do Tua - com vários projetos de menor dimensão mas mais visíveis nos vários municípios, nomeadamente ao nível do ambiente.

- Concluiu referindo-se à situação financeira, fazendo notar que há efetiva redução das dívidas de médio e longo prazo, explorando detalhadamente os dados apresentados e sublinhando que há menos €300.000,00 de dívida no curto prazo e €2,800.000,00 no médio longo prazo. Disse ainda que, desde o dia 14/04, data de elaboração do documento, foram pagos cerca de €130.000,00 de dívidas a fornecedores.

\_\_\_\_\_ // \_\_\_\_\_

**2 - Listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo do ponto 3, da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal de Murça de 19 de dezembro de 2013;**

*(Lei nº8/2012 de 22 de fevereiro)*

*Não houve intervenções.*

*“A Assembleia Municipal tomou conhecimento.”*

//

**3 - Aprovação do Relatório e Contas de 2014;**  
(Alínea l) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro)

**- O Deputado do CDS, Luís David Perdigão Ferreira,** referiu que neste momento pretende salientar a impossibilidade quase absoluta da Câmara Municipal de Murça realizar qualquer investimento, pois aquilo que se gastou no passado comprometeu, de facto, o futuro. Disse que os sucessivos orçamentos dos últimos anos o levam a destacar a percentagem destinada ao investimento, que apenas corresponde a 13% da despesa total. Disse que o orçamento global da Câmara Municipal de Murça apenas foi executado em 33%. Assim, questionou-se se os presentes têm a noção de quanto é 13% de 33%, valor que corresponde a apenas 6% do orçamento global, mas que ainda assim a situação real mostra que foram executados apenas 4% em investimento, em 2014. Disse que não se pode disfarçar a realidade com as obras que se fizeram no passado, pois não se pode comer hoje aquilo de que se vai necessitar no futuro.

**- O Deputado do PS, José Eduardo Borges,** cumprimentou os presentes e referiu que no contexto macroeconómico restritivo e austero a que o país tem estado sujeito, frequentemente surgem reflexos expressivos nas políticas relativas às transferências do Governo para os Municípios, que em muito tem afetado o nosso concelho. Em consequência direta destas, surgem inúmeras limitações à ação do executivo municipal na prossecução da criação de condições de bem-estar e melhoria de vida das populações, também estas com sérias dificuldades em atravessar esta fase difícil da vida do país. Relativamente ao Relatório e Contas em apreço, salientou o rigor a qualidade da informação constante do documento e salientou um conjunto de indicadores nele inscritos, nomeadamente na perspetiva orçamental:

- Taxa de Execução do Plano de Atividade do Município de 65,96%;
- Taxa de Execução da Receita de 73,52% e da Despesa de 72,23%;
- Taxa de execução do Plano Plurianual de Investimentos de 33,80%;
- Diminuição da Dívida do Município em 1.000.000€ (-10%)
- Redução do excesso de endividamento em 1.099.998€ (-46%)



- Não cumprimento da taxa de execução orçamental (85%).

Quanto à perspetiva Económico-Financeira, sublinhou os valores dos Resultados Líquidos, receitas e despesas:

- Resultado Líquido positivo de 190.034,55€;
- Receita total de 7.266.435,23€;
- Despesa total de 7.076.400,68€.

Mais referiu que, decorrente da recente alteração legislativa, se tornou obrigatória a Certificação Legal das Contas dos municípios. A este propósito, referiu-se ao parecer do Revisor Oficial de Contas e sublinhou o facto do Relatório e Contas de 2014 terem merecido o seu parecer favorável. Apesar das duas reservas elencadas no referido parecer, nomeadamente a reserva quanto à não correspondência integral sobre o património constante nos registos da AT e o Inventário do Município e a não existência de um sistema de contabilidade de custos, tais situações estão já a ser ultrapassadas e certamente serão igualmente fruto de este ser o 1ª Ano da aplicação desta obrigação, esperando que a breve prazo tal venha a ser corrigido.

Por fim, referiu que mais do que procurar justificar as limitações presentes com os acontecimentos do passado ou limitações de conjuntura, será decisivo procurar melhorar continuamente a sua prática de gestão, corrigindo o que eventualmente não corra como previsto, com um objetivo último de melhorar as condições de vida da nossa população, cooperar no desenvolvimento das atividades económicas e, conseqüentemente, contribuir para a fixação de jovens no nosso concelho.

**- O Deputado do PSD, Rui Pereira,** referiu que, passado mais um ano, vem lembrar que a Câmara Municipal de Murça está de pés e mãos atadas, com execuções muito baixas, que o endividamento é muito alto e desafia o Presidente da Câmara Municipal de Murça a dizer quanto é que foi amortizado extraordinariamente na dívida e não por via do serviço da dívida. Referiu que o concelho não tem tido investimento e que os estágios ou empregos criados pela Câmara Municipal de Murça com o argumento de resolverem alguns problemas, efetivamente não o fizeram. Mais disse que, no passado recente, se tinha passado por cima da vontade do povo e que haveria medo de apontar o dedo a quem tomou decisões que levaram à realização de demasiado investimento insustentável, que condicionam agora o município e que comprometem o investimento futuro, a médio prazo. Reiterou que se chegou a esse ponto porque houve um passado e que há agora medo de apontar o dedo a quem de direito. Disse não ser apologista do princípio de *“quem vem a seguir que feche a porta”* e que, por esse motivo, não pode compactuar de ânimo leve com esta situação.

**- O Presidente da Assembleia Municipal, João Teixeira,** esclareceu que o exercício teórico que foi ouvido não passava disso mesmo, pois não apresenta quaisquer soluções. Afirmou que não havia medo do que quer que seja, menos ainda daquilo que foi feito no município. Disse que medo deverá ser tido das políticas deste governo, quer pelos congelamentos de verbas efetuadas ao município, como o 1,5M€ de financiamento para a Zona Industrial, que permitiriam construir as infraestruturas daquele local, quer dos cortes do FEF, entre outros. Sobre as obras em *overbooking*, referiu que aí sim deveria haver uma grande revolta dos grupos parlamentares do PS, PSD e CDS-PP no sentido de protestarem contra o sectarismo governamental relativamente aos municípios de baixa densidade, nomeadamente os municípios geridos pelo PS. Concluiu manifestando o desejo de que houvesse um equilíbrio governamental em favor dos municípios pequenos como Murça, Sabrosa, Boticas ou Ribeira de Pena, apelando para aqueles grupos parlamentares intercederem com o respetivo peso político, se o tiverem, junto do governo para que estas situações se ultrapassem.

**- O Deputado do PSD, Rui Pereira,** esclareceu que a dívida constante dos mapas não foi contraída nos últimos 4 anos e com este governo, nomeadamente desde 2008, 2009 e 2010, em que governava o PS. Esclareceu ainda que a sua interpelação foi dirigida ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal indevidamente se intrometeu numa questão que lhe não era colocada e se sobrepôs ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

**- O Presidente da Junta de Freguesia de Valongo de Milhais, Arlindo Paulo,** comentou a intervenção anterior dizendo concordar que há medo, mas medo da parte dos deputados do PSD em assumirem que houve obras, que há bons e muitos equipamentos em Murça e que deveriam referi-lo com orgulho. Disse que havia de facto dívida e que deverá haver os devidos cuidados com ela, mas que não há medo do passado, mas sim orgulho nele. Que o deputado Rui fez 500Km para jogar futebol no estádio municipal, que gosta desse equipamento e que sabe que dele tem orgulho, mas que esse equipamento também gerou dívida. Disse que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Murça não merece que se lhe esteja a falar no passado, precisa é de boas sugestões para o futuro. Concluiu solicitando permissão para se ausentar da sessão por motivos de saúde, em virtude da necessidade de realizar um tratamento.

**- O Presidente da Junta de Freguesia de Jou, Carlos Silva,** solicitou um esclarecimento sobre o mapa de Fundo de Maneio, no qual consta que no ano de 2014 o Sr. Presidente da Câmara Municipal teve de despesas de €3.117,18, o Sr. Vice-Presidente de €480,25 e a Sr.<sup>a</sup> Vereadora de €174,92, referindo ainda que o Sr. Chefe de Serviços Financeiros tem maior *plafond* que o Sr. Presidente da Câmara Municipal. Disse que foi questionado sobre o assunto, que pessoalmente não o aflige, mas gostava de ver esclarecida a questão, apesar de ver que há contenção naquele tipo de gastos.

8

**- O Presidente da Câmara Municipal, José Maria Costa**, esclareceu o deputado Rui Pereira que a Câmara municipal de Murça está a desenvolver todos os esforços para infraestruturar a zona industrial, mas que espera que não haja mais intenções do que propostas efetivas de instalação de unidades, referindo ter havido muitas pressões de empresários locais para obter lotes e que quando a Câmara Municipal chama esses mesmos empresários estes se retraem e não concretizam as suas intenções. Informou que já houve a celebração de contratos de promessa de compra e venda, aguardando que outros empresários de Murça, efetivamente concretizem as suas intenções, disponibilizando-se para que a Câmara Municipal emita a declaração de cedência, para efeito de eventuais candidaturas. Mais esclareceu que a Câmara Municipal de Murça nunca disse àquele investidor a que se referiu o Sr. deputado que não haveria disponibilidade e que se não se concretizou a iniciativa foi pelos *timings* do promotor e não por falta de vontade da Câmara Municipal. Sobre os estágios PEPAL referiu que foram aprovadas 4 candidaturas em áreas deficitárias, nomeadamente, comunicação, área social, Eng<sup>a</sup> civil e turismo e que se procurará dar prioridade aos jovens do concelho. Mais disse que não pode ser líquida a contratação dos mesmos no fim daquele período, pois tal depende das disponibilidades do município e de mecanismos de concurso público.

Disse que já anteriormente havia feito um resumo da execução, mas que tal se traduz numa redução da dívida total em 11,17%, reduzindo ao montante em excesso da dívida em 46,04%, estando em alinhamento entre a evolução económica e financeira do município no projeto de saneamento financeiro. Referiu que, efetivamente, o passado condiciona o futuro, mas que tal é normal nas organizações e desafiou os presentes a apontar quais os investimentos do município que estão ao serviço das pessoas que são insustentáveis. Mais disse que fez parte desse passado, que o assume e que não tem medo dele pois o município está muito melhor hoje do que estava em 2001. Disse ainda que quem pôde e quis aproveitar os quadros comunitários fez o investimento e que quem o não quis ou não fez agora já não o poderá fazer. Disse ainda que há momentos em que uma organização está mais condicionada para novos investimentos, como no momento presente, mas que futuramente espera que tal possa ser ultrapassado, sendo que este é o momento de trabalhar com os parceiros e com as freguesias e realizar outras intervenções de menor monta, mas ainda assim não de menor importância, continuando a assegurar as necessidades básicas da população do concelho.

Lançou ainda o desafio para que sejam encontradas novas soluções e lembrou projetos apresentados na sua candidatura autárquica e aludiu a algumas ideias e projetos que tem em mente. Referiu que, inclusivamente, o próprio relatório tem fatores prospetivos para o futuro, tendo presente contudo que existem alguns condicionalismos, mas que será com eles que se terá que trabalhar com determinação e sem qualquer medo do passado.

Concluiu esclarecendo a questão colocada sobre o Fundo de Maneio do Chefe de Divisão Financeira referindo que é através desse fundo que são liquidadas algumas pequenas despesas que não estão associadas a requisições de aquisição de serviços, como por exemplo o pagamento de portagens.

J

**- O Deputado do CDS, Luís David Perdigão Ferreira**, em resposta ao desafio do Sr. Presidente da Câmara Municipal para indicar obras não prioritárias, elencou o Centro Escolar, em vez dos pólos em 3 zonas do concelho; o Parque Urbano, em vez da requalificação do Jardim de S. Miguel; a Avenida da Europa, em vez do saneamento no Rebentão e questionou qual a utilidade do monumento junto à A4.

**- O Presidente da Junta de Freguesia de Jou, Carlos Silva**, disse que, por vezes, o deputado Luís Perdigão diz coisas acertadas, mas que esperava era que ele falasse do saneamento em Jou e não no Rebentão.

**- O Presidente da Câmara Municipal, José Maria Costa**, referiu que se há trabalho de que se orgulha ao longo destes anos ao serviço do município é a reorganização escolar no município. Disse que em toda a freguesia de Jou havia presentemente apenas 8 alunos no 1º ciclo do Ensino Básico e que o processo e estratégia educativa têm que ser enquadradas nesta nova realidade. Disse que não é razoável pensar na educação a curto prazo e que as deslocações não são superiores a meia hora desde os pontos mais longínquos do concelho, em autocarros confortáveis e seguros. Disse que não nos devemos arrepender e que, na sua opinião, se fez bem em aproveitar os fundos disponíveis para a construção do Centro Escolar. Atentos os níveis de financiamento, também a construção da Avenida da Europa, financiada em 85%, foi uma boa oportunidade que pode e deve ser enquadrada numa estratégia de desenvolvimento municipal, situação que poderá não se verificar com o saneamento no Rebentão, pese embora a importância que tal investimento teria certamente para os residentes naquele local.

**- O Deputado do PSD, Carlos Oliveira**, questionou, a propósito do Centro Escolar, do qual referiu também se orgulhar, se se efetuou algum estudo para avaliar quantas crianças e famílias poderiam ter ficado em Jou caso se tivesse optado por construir lá um mini centro escolar, invertendo a tendência, dando como exemplo o lugar onde trabalha.

**Votação:**

<i>Votantes</i>	22
<i>Abstenção</i>	02
<i>Contra</i>	07
<i>A Favor</i>	13

**Deliberação:** Aprovado por maioria

**Votaram a favor:** Grupo Parlamentar do PS e o Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias de Carva/Vilares

**Votaram contra:** Deputados diretamente eleitos pelo PSD

8

**Abstiveram-se:** Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murça e o Deputado do CDS-PP, Luís Perdigão

**Declaração de Voto:** O deputado do CDS-PP Luís Perdigão referiu que "O constrangimento financeiro que o plano de saneamento impõe ao município não permite fazer muito diferente, no entanto algumas rubricas que foram orçamentadas e não concretizadas deixam bem evidente que a asfixia financeira a que o município está sujeito já coloca em causa a satisfação de necessidades básicas, dando como exemplos itens do plano plurianual de investimentos com execução abaixo da média desse mesmo plano. A média é de 33% e a execução é abaixo disso. Ensino não superior 0%, saneamento 25%, abastecimento de água 22%, higiene pública 0€, transportes rodoviários também teve uma execução abaixo da média do plano plurianual de investimentos. Nesse sentido votaria contra este relatório e contas, mas tendo em conta o plano de saneamento financeiro, infelizmente não é possível melhor, é o passado a determinar o presente e vai com certeza determinar o futuro".

*Ausentou-se da sessão o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Valongo de Milhais,  
Arlindo Paulo Alves*

\_\_\_\_\_ // \_\_\_\_\_

**4 - Aprovação da 1.ª revisão ao Orçamento de Receita, 1.ª revisão ao Orçamento de Despesa e 1.ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos;**  
(Alínea a) do n.º1, do art.º25º da Lei n.º75/2013 de 12 de setembro)

*Não houve intervenções*

**Votação:**  
**Votantes** 18  
**Abstenção** 00  
**Contra** 00  
**A Favor** 18

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade

J

**Declaração de Voto:** não houve declarações de voto

*Não estavam presentes na votação os Srs. Deputados Arménio Ribeiro, do PS e Manuel Pinto, do PSD e o Sr. Presidente da União de Freguesias de Noura/Palheiros*

\_\_\_\_\_ // \_\_\_\_\_

**5 - Transferência financeira para a Junta de Freguesia de Jou - Apoio à instalação e funcionamento do Centro de Apoio ao Idoso**

*(Alínea j) do nº1, do art.º25º da Lei nº75/2013 de 12 de setembro)*

**- O Deputado do CDS, Luís David Perdigão Ferreira,** felicitou a Junta de Freguesia pela iniciativa e lançou o desafio para que o projeto evolua para um centro de acolhimento e apoio noturno.

**- O Presidente da Junta de Freguesia de Murça, António Marques,** referiu que se já é difícil ao município fazer investimentos, para uma Junta de Freguesia essa dificuldade é maior, mas que este é um excelente exemplo do que é trabalhar com pouco dinheiro e da capacidade para mobilizar um conjunto de parceiros. Referiu que há um ano se tinha aberto a possibilidade das Juntas de Freguesia captarem apoios para além dos protocolos, referindo o caso concreto da sua Junta de Freguesia ter procurado receitas para além das vias normais, nomeadamente através da extração de resina na zona baldia da sua freguesia. Referiu que um incêndio havido recentemente na zona de S. Domingos teve impactos não só ao nível ambiental, mas também económico, uma vez que a referida extração de resina tinha sido afetada. Neste sentido, atenta esta situação, a Junta de Freguesia poderá vir a solicitar o apoio e generosidade da Câmara Municipal e desta assembleia Municipal nesse sentido.

**- O Presidente da Junta de Freguesia de Jou, Carlos Silva,** referiu que das inúmeras necessidades que Jou tem, este projeto vinha dar resposta a parte delas. Disse que o desafio lançado pelo deputado Luís Perdigão não é concretizável neste momento, atenta a legislação em vigor relativa aos lares de idosos. Disse contudo, que os espaços foram desenhados de forma a poder adaptar as instalações para eventuais expansões ou instalações futuras. Mais disse que no edifício da escola junto à ER314 está a ser polido o chão para acolher as atividades físicas e motoras. Mais informou que um outro espaço será adaptado para ateliê de pintura, de expressões plásticas e espaço de exposição, mediante protocolo com o pintor jouense António Santos Silva. Quanto à questão do lar, não foi possível à Santa Casa da Misericórdia

de Murça candidatar ao programa PARES o lar de Jou, havendo até um terreno cedido para o efeito. Disse que a sua prioridade é acautelar a sustentabilidade deste projeto e que posteriormente a Junta de Freguesia irá desenvolver uma intervenção na escola de Penabeice, tendo em vista alojar um Centro de Convívio destinado a uma associação local, à semelhança do sucedido no ano anterior em Vale d'Égua. Sublinhou o grande esforço desenvolvido pela técnica da Câmara Municipal de Murça, Dr.<sup>a</sup> Raquel que trabalhou muito no projeto e também a ela se deve o sucesso do mesmo. Concluiu agradecendo a presença de todos na recente inauguração do CAI de Jou.

**- O Presidente da Câmara Municipal, José Maria Costa,** referiu que se congratula com a iniciativa e projeto que a Junta de Freguesia levou a cabo, também com o apoio da Câmara Municipal, e que levou à sua seleção por parte da EDP Solidária, entidade extremamente rigorosa na avaliação dos vários projetos. Referiu com satisfação a boa adesão que o CAI está a ter, formulou votos de sucesso futuro e que o mesmo venha um dia a ter a possibilidade de evoluir para uma outra situação que preste um maior leque de serviços e que cubra ainda mais as necessidades da população de Jou. Sobre os protocolos com as Juntas de Freguesias, disse que os mesmos foram aprovados para o mandato e que de imediato não se perspetivavam alterações, reiterando, contudo, a disponibilidade para trabalhar e apoiar as várias iniciativas das Juntas de Freguesias.

**Votação:**

<i>Votantes</i>	<i>21</i>
<i>Abstenção</i>	<i>00</i>
<i>Contra</i>	<i>00</i>
<i>A Favor</i>	<i>21</i>

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade

**Declaração de Voto:** não houve declarações de voto

\_\_\_\_\_ // \_\_\_\_\_

**6 - Aprovação da proposta final do PDM de Murça.**

*(Alínea r) do n.º1, do art.º25º da Lei n.º75/2013 de 12 de setembro)*

J

**- O Presidente da Assembleia Municipal, João Teixeira,** referiu que este processo teve um ciclo de revisão longo e que agora é finalmente trazido para aprovação neste órgão. Sugeriu que este documento fosse guardado como referência para o futuro do município, contendo nele algumas das estratégias do seu desenvolvimento urbanístico. Referiu a presença da Eng.<sup>a</sup> Maria dos Anjos que acompanhou todo o processo e elencou as várias fases que o processo de revisão teve ao longo dos últimos 12 anos.

**- O 1.º Secretário da Assembleia Municipal, Eduardo Pinheiro,** disse que não sendo sua função fazer intervenções, mas sim assegurar e apoiar a boa condução dos trabalhos, não poderia deixar de manifestar uma grande satisfação pela conclusão do processo de revisão do PDM de Murça. Referiu o facto de durante os últimos 14 anos ter sido líder parlamentar e 1.º Secretário da Assembleia Municipal, sendo presentemente e a par com o Sr. deputado Manuel Lousa Teixeira, o membro mais antigo daquele órgão, lembrando-se por isso dos enormes desafios técnicos, burocráticos e legais que foi sendo necessário ultrapassar nas diversas fases deste processo de revisão do PDM, ao longo de todos estes anos. Mais disse ser agora possível encontrar mais facilmente os caminhos de desenvolvimento urbanístico e também económico do concelho, pois finalmente se libertaram alguns dos espartilhos que o têm condicionado. Concluiu, elogiando o trabalho de todos os técnicos e demais intervenientes na revisão do PDM, deixando ainda uma palavra de apreço para o empenho manifestado pelo Sr. Vice-Presidente na conclusão deste processo.

*Ausentou-se da sessão o Deputado do PSD, Rui Pereira*

**- O Deputado do PS, Joaquim Pinto,** cumprimentou os presentes e fez a seguinte intervenção que fez chegar à mesa e que se passa a transcrever:

“Chega hoje às nossas mãos para aprovação a proposta final do PDM - Plano Diretor Municipal para o concelho de Murça. Antes de mais, manifestamos o nosso apreço pelo trabalho diligente dos técnicos e técnicas e de mais elementos que acompanharam o processo de revisão.

À UTAD, à CCDR-N, em nome dos técnicos e técnicas destacadas para tal tarefa, e à Câmara Municipal de Murça, nomeadamente na pessoa da Sra. Eng.<sup>a</sup> Maria dos Anjos, aqui presente, apresentamos pública e oficialmente o nosso louvor pelo mérito do trabalho realizado.

Este é um documento de capital importância para o desenvolvimento integral e sustentável do concelho de Murça.

Depois de um longo caminho de revisão, o PDM encontra-se agora disponível para ser aprovado e servir assim como instrumento diretor para a gestão do território, capaz de potenciar o bem-estar desejável e possível às populações do concelho.

As revisões dos PDM impõe-se por força da Lei, contudo são também, por um lado, uma forma de acolher as expectativas das populações para o desenvolvimento do seu território e, por outro, servem também para materializar a estratégia de ordenamento e planeamento territorial que a autarquia e outras forças vivas têm para o concelho. A revisão do PDM do concelho tem assim como um fio condutor o desenvolvimento sustentável, num contexto de integração equitativa das componentes económica, social e ambiental.

De forma sintética, este plano preconiza melhorar as condições de vida e de trabalho para a população do concelho, no respeito para com a natureza e cultura. Procura a distribuição equilibrada das funções de habitação, trabalho, cultura e lazer. Promove a criação de oportunidades diversificadas de emprego, regula os níveis de densidade urbana, atacando as possibilidades de degradação social e procura a coesão territorial. Suspende a rentabilização das infraestruturas evitando a extensão desnecessária das mesmas. E, por fim, garante a gestão dos recursos naturais de forma equilibrada e sustentada, de maneira a não condicionar o desenvolvimento pretendido.

Este documento manifesta-se, neste sentido, equilibrado, procurando que os objetivos locais de preservação ambiental, cultural e social do município possam concorrer para a sua valorização económica.

A importância estratégica deste documento é, também ela, manifesta na aprovação por unanimidade em sede de reunião de Câmara, o que acreditamos o seja também em sede de Assembleia Municipal, sendo aprovado com a mesma expressividade”.

**- O Deputado do PSD, Manuel Lousa Teixeira,** fez suas as palavras do 1º Secretário da Assembleia Municipal, enaltecendo a conclusão deste processo, que muito o satisfaz. Elogiou o trabalho de todos os técnicos e outros intervenientes no processo, pois sem eles não teria sido possível chegar a este ponto. Sugeriu apenas que, dada a sua omissão, na última página fosse incluída uma nota relativamente à Capela de S. Pedro, em Candedo, para que numa futura revisão pudesse ser acrescentada.

**- O Deputado do CDS, Luís David Perdigão Ferreira,** informou a Assembleia Municipal que tendo sido eleito pela Assembleia Municipal para a representar neste processo, participou numa reunião em fevereiro, mas que a sua intervenção foi já numa fase adiantada do processo, pelo que o seu contributo foi mínimo. Concluiu deixando um elogio ao grupo de trabalho que lhe facultou toda a informação solicitada e manifestou satisfação pela conclusão do processo.

**- O Presidente da Junta de Freguesia de Jou, Carlos Silva,** aproveitou, em virtude de o não ter feito no ponto anterior, para deixar um agradecimento à Escola Profissional de Murça pelo apoio já prestado e pelo que se perspetiva prestar ao projeto do CAI de Jou. Sobre o PDM referiu ser muito importante para a sua freguesia, dando os parabéns à Câmara Municipal e a todos os técnicos que participaram na sua elaboração.

f

- O Presidente da Câmara Municipal, José Maria Costa, disse que a presente sessão da Assembleia Municipal será uma sessão histórica, na medida em que será aprovada a nova versão do PDM de Murça. Disse que se acalenta sempre a esperança que estes processos sejam concluídos rapidamente e que este documento deve ser olhado para além da perspectiva de que apenas é útil para se saber onde se pode ou não construir, mas sim como um documento orientador para o município e para os munícipes. Mais referiu que a conclusão deste processo vem responder à esperança de alguns munícipes poderem construir ou intervir nas suas habitações, ou ainda de desenvolverem novas iniciativas empresariais, entre outras. Entende que a maior parte das necessidades inventariadas no município terão sido atendidas e deixou uma nota de agradecimento à equipa técnica que elaborou o processo, nomeadamente aos seus vários intervenientes. Referiu que o anterior Plano de Urbanização de Murça deixou de existir, pois passou a estar integrado no próprio PDM. Disse estar certo que o documento será aprovado por unanimidade e aclamação deixando o agradecimento do município à Eng.<sup>a</sup> Maria dos Anjos pela sua intervenção no documento e que, enquanto técnica, procurou responder às solicitações da melhor forma, englobando-as num todo.

**Votação:**

<i>Votantes</i>	20
<i>Abstenção</i>	00
<i>Contra</i>	00
<i>A Favor</i>	20

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade e aclamação.

**Declaração de Voto:** Não houve declarações de voto.

\_\_\_\_\_ // \_\_\_\_\_

## Período de Intervenção do Público

*Não houve intervenções*

8

## APROVAÇÃO EM MINUTA

(Art. 44º do Regimento)

### **3 - Aprovação do Relatório e Contas de 2014;**

*(Alínea l) do nº2 do art.º 25 da Lei nº75/2013 de 12 de setembro)*

### **4 - Aprovação da 1.ª revisão ao Orçamento de Receita, 1.ª revisão ao Orçamento de Despesa e 1.ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos;**

*(Alínea a) do nº1, do art.º25º da Lei nº75/2013 de 12 de setembro)*

### **5 - Transferência financeira para a Junta de Freguesia de Jou - Apoio à instalação e funcionamento do Centro de Apoio ao Idoso**

*(Alínea j) do nº1, do art.º25º da Lei nº75/2013 de 12 de setembro)*

### **6 - Aprovação da proposta final do PDM de Murça.**

*(Alínea r) do nº1, do art.º25º da Lei nº75/2013 de 12 de setembro)*

#### **Votação:**

Votantes	20
Contra	00
Abstenções	00
A Favor	20

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.

## ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

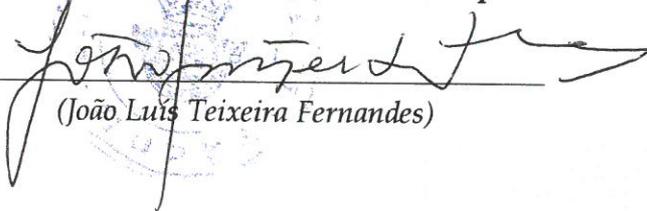
(Alínea c) do nº2 do artº 9º do Regimento)

**- O Presidente da Assembleia Municipal, João Teixeira,** agradeceu as intervenções e a forma como decorreram os trabalhos, informando sobre os tempos gastos pelos vários intervenientes. Manifestou grande satisfação pela forma como foi aprovada a revisão do PDM, concluindo dessa forma com chave de ouro todo o processo.

**- O Presidente da Câmara Municipal, José Maria Costa**, atendendo à proximidade com a data do Feriado Municipal do dia 8 de maio, deixou o convite e apelo a todos os presentes para se associarem às comemorações, elencando um conjunto de atividades que irão compor o programa da Semana do Município.

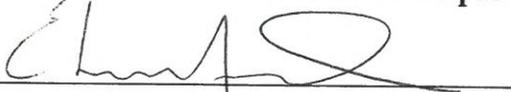
Os trabalhos encerraram às 19:35 horas, da qual se lavrou a presente Ata que, depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e pelo 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal.

**O Presidente da Assembleia Municipal**



(João Luís Teixeira Fernandes)

**O 1º Secretário da Assembleia Municipal**



(Eduardo Jorge Milhões Fernandes Pinheiro)

